



Handwritten signatures and initials: "Luis Duarte" and "Marta Soares".

## PROTOCOLO DE FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DOS GABINETES TÉCNICOS FLORESTAIS

### Entre:

A **Autoridade Florestal Nacional**, adiante designada por AFN, com sede na **Av. João Crisóstomo, 26-28**, em Lisboa, representada neste acto pelo seu Vice-Presidente, Dr. Luís Duarte

### E

A **Associação Nacional de Municípios Portugueses**, adiante designada por ANMP, com sede na Av. Marnoco e Sousa 52, representada neste acto pelo membro do Conselho Directivo, Presidente Jaime Marta Soares

### Considerando que:

Há muito que se reconhece que os Municípios desempenham um papel fundamental na protecção da floresta, quer pela intervenção prevista no âmbito do DL 156/2004, de 8 de Maio, quer no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Para o efeito tornou-se determinante a actividade desenvolvida pelos gabinetes técnicos florestais, estruturas criadas no âmbito do exercício protocolado das novas competências municipais nesta matéria e cujo financiamento sustentou-se no protocolo celebrado, em 2004, entre a ANMP e o então MADRP.

Através da Lei nº. 20/2009, de 12 de Maio foi efectivada a transferência de competências para os municípios, no âmbito da actividade desenvolvida actualmente pelos gabinetes técnicos florestais, designadamente ao nível do planeamento e na divulgação de medidas de prevenção.

Atendendo à especificidade desta actividade e ao facto da mesma ter que ser articulada com as restantes entidades com responsabilidades na floresta, torna-se agora indispensável estabelecer a forma de comunicação, troca de informação e termos da formação a desenvolver.



Assim, a AFN e a ANMP acordam no seguinte:

### **Clausula 1ª**

#### **Objecto**

O presente Protocolo tem por objecto estabelecer as regras e procedimentos relativos à formação de técnicos dos gabinetes técnicos florestais, bem como à articulação e troca de informação entre as Câmaras Municipais e a AFN.

### **Cláusula 2ª**

#### **Acções de formação**

1. A AFN promove anualmente até três acções de formação destinadas a técnicos dos gabinetes técnicos florestais das câmaras municipais.
2. Os conteúdos das acções de formação são previamente acordados entre a AFN e a ANMP.
3. Para além das acções de formação previstas no n.º 1 da presente cláusula, a ANMP pode solicitar, em cada ano, até mais duas acções de formação tipificadas, cabendo à AFN a sua realização.
4. As acções de formação deverão ter um carácter descentralizado, tendo por referência, preferencialmente, as NUT III.
5. As acções de formação não constituem quaisquer encargos para os formandos.

### **Cláusula 3ª**

#### **Articulação da informação**

1. Anualmente a AFN apresenta à ANMP as áreas de recolha de informação.
2. Para troca de informação e partilha de experiências, a AFN promove até três reuniões anuais, as quais são previamente articuladas com a ANMP e as Câmaras Municipais.
3. A informação recolhida pela AFN, depois de tratada, é remetida à ANMP, podendo a mesma ser do conhecimento das entidades responsáveis pela coordenação dos três pilares do SDFCI e ainda das autoridades fitossanitárias.

### **Cláusula 4ª**

#### **Compromissos das partes**

1. A Associação Nacional de Municípios Portugueses compromete-se a:
  - a) Divulgar o conteúdo do presente Protocolo pelos seus Associados;
  - b) Recomendar aos seus Associados a indicação de um interlocutor específico para elo de ligação para a recolha de informação;
  - c) Promover junto dos seus Associados um levantamento relativo às áreas de formação que deverão ser objecto de formação.

2. A Autoridade Florestal Nacional compromete-se a:

- a) Promover as acções de formação nos termos da Cláusula 2ª;
- b) Articular a informação nos termos da Cláusula 3ª;
- c) Disponibilizar a informação, preferencialmente via e-mail, acerca das intervenções nas áreas dos incêndios florestais e do combate a agentes bióticos, para que a mesma seja divulgada pelos Municípios.

**Cláusula 5ª**  
**Candidaturas**

As candidaturas a programas ou projectos no âmbito dos Programas Operacionais ou outros promovidos pela Administração Central é feita de forma conjunta.


**Cláusula 6ª**  
**Validade**

O presente Protocolo produz efeitos a partir da data da sua assinatura, mantendo-se válido até à sua denúncia por qualquer uma das partes.


Do presente protocolo foram produzidos dois exemplares, ambos originais, ficando cada uma das Partes na posse de um exemplar.

Coimbra, 22 de Junho de 2009

AFN

  
\_\_\_\_\_  
(Dr. Luís Duarte)

ANMP

  
\_\_\_\_\_  
(Presidente Jaime Marta Soares)